

7

Região Sudeste: recuperando para desenvolver

GABRIEL RANGEL VISCONTI

MORENA CORRÊA SANTOS

RESUMO

A urbanização e a exploração dos recursos naturais de maneira desordenada vêm causando sérios impactos ambientais, e o desmatamento desmedido acarreta graves desequilíbrios ao meio ambiente, como ameaça à biodiversidade, redução dos recursos hídricos disponíveis, aumento da erosão, modificação do microclima, entre outros. A degradação ambiental causada pelas ações humanas em todos os biomas brasileiros impõe a urgente adoção, por todos, de medidas voltadas à proteção das florestas do país, de forma a preservar suas funções ecológicas e, assim, assegurar o bem-estar da coletividade. Por meio da implementação de práticas que visem ao desenvolvimento sustentável, é possível alcançar um ponto de equilíbrio entre a imperiosa necessidade de desenvolvimento e progresso econômico e a preservação da natureza, assegurando, dessa forma, um futuro saudável para as presentes e as futuras gerações. Assim, este artigo traz um breve panorama da delicada situação ambiental da Região Sudeste e uma sintética análise do papel desempenhado nessa seara pelo BNDES, como o principal motor do desenvolvimento econômico e social do país.

ABSTRACT

Chaotic urbanization and exploration of natural resources has caused serious environmental impacts. Unfettered deforestation has resulted in severe environmental imbalance. Environmental degradation caused by humans in all Brazil's biomes has imposed on all of us the urgent need to adopt measures to protect our forests, so we can preserve their ecological functions and, thus, ensure the welfare of all. By implementing practices aimed at sustainable development, we can reach a point of equilibrium between the imperious need for development and economic progress, coupled with the preservation of nature, thus ensuring a better and fairer future for present and future generations. This article provides a brief overview of the delicate environmental situation in the Southeast Region and a succinct analysis of the role the BNDES performed in this field, as the main engine for economic and social development in the country.

INTRODUÇÃO

A Região Sudeste, a mais populosa e a maior geradora de riquezas do país, desde o século XVIII, é o principal centro de atividade econômica do Brasil. Inicialmente, com a intensa atividade mineradora, seguida da produção cafeeira e do processo de industrialização, que, a partir da década de 1930, trouxe desenvolvimento à região.

Como consequência desse protagonismo na história nacional, além de seu desenvolvimento econômico e cultural, a Região Sudeste apresenta graves mazelas, sobretudo do ponto de vista ambiental. Sua grande densidade demográfica e as atividades econômicas que a caracterizaram ao longo da história do país foram, e ainda são, responsáveis pela atual situação de esgotamento de seus recursos naturais.

No presente artigo, será exposto breve relato sobre as características ambientais da região sob estudo, assim como iniciativas que estão sendo implementadas na tentativa de reverter esse cenário de degradação. Por fim, serão apresentados projetos e ações que contam com o apoio do BNDES, por intermédio de sua Área de Meio Ambiente, desenvolvidos na região.

BIOMA MATA ATLÂNTICA

A vegetação da Região Sudeste é composta apenas pelo Bioma Mata Atlântica, presente em 17 estados brasileiros e que abarca mais de 70% da população nacional sob seus domínios.

A Mata Atlântica, por ocupar uma vasta extensão territorial, da Região Nordeste à Região Sul do Brasil, com características de altitude, solo e relevo bastante diferentes, é composta por uma rica diversidade de florestas, tendo registrado os dois maiores recordes mundiais nesse quesito.¹ Ademais, caracteriza-se por grande riqueza hídrica, abrigando sete das nove maiores bacias hidrográficas do país.

¹ Registraram-se 454 espécies em um hectare do sul do estado da Bahia.

O valor dos serviços ambientais prestados pela Mata Atlântica é inestimável. O bioma em referência protege corpos d'água, regula fluxos de mananciais, a temperatura, as chuvas, o clima, entre outros benefícios.

Historicamente, tal bioma sofreu intensa devastação e, atualmente, muito pouco resta de sua vegetação nativa. Análises apontam que apenas cerca de 8,5% de sua área está bem conservada em fragmentos acima de cem hectares. Entre o sul do estado do Rio de Janeiro e o norte do estado do Paraná, na Serra do Mar, encontram-se os três maiores remanescentes de Mata Atlântica.

A destruição da vegetação da Mata Atlântica foi fruto histórico de sua ocupação e da exploração desordenada de seus recursos naturais. Desde o início da colonização brasileira, com a exploração do pau-brasil, e, ao longo da história do país, com os subsequentes ciclos econômicos da mineração do ouro, das plantações de café e de cana-de-açúcar, da pecuária e, mais recentemente, da industrialização, exportação de madeira e cultivo da soja, a Mata Atlântica esteve sob ameaça, que atingiu seu ápice no século XX, quando o desmatamento do bioma atingiu níveis alarmantes.

Aliadas a isso, a concentração das maiores cidades em áreas de Mata Atlântica e a pressão antrópica causada pela alta densidade demográfica desses centros urbanos contribuíram sobremaneira para a devastação desse importante bioma.

A reversão da grave condição em que está o Bioma Mata Atlântica depende do engajamento da sociedade civil e do poder público e da articulação das esferas política, econômica e científica. A missão não é simples, principalmente considerando as diferentes realidades socioeconômicas das regiões onde o bioma está localizado, o que exige variadas estratégias de ação.

No âmbito legislativo, a Constituição Federal de 1988 define o Bioma Mata Atlântica como patrimônio nacional, condicionando sua utilização à observância dos ditames a serem estabe-

lecidos em lei. A Lei 11.428, destinada a regulamentar a previsão constitucional, foi promulgada em 2006. O citado normativo traz, em seu artigo 38, a previsão segundo a qual os municípios devem instituir seus Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Esses planos devem indicar ações prioritárias e áreas para a conservação e recuperação da vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica. Tendo em vista que 3.410 municípios encontram-se sob o domínio desse bioma, a previsão legal mencionada, se concretizada, constitui importante medida para sua restauração e conservação.

Existem diversas organizações civis cuja finalidade é promover ações, projetos e sinergia de forças, a fim de preservar o que ainda resta da Mata Atlântica e recuperar o que já foi devastado. Em maio de 2014, a Rede de ONGs da Mata Atlântica, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento apresentou, na Carta da Mata Atlântica, dez ações fundamentais e emergentes para reversão das degradações e proteção do bioma, dentre as quais merecem destaque:

- i. retomada da agenda de criação e implantação de áreas protegidas;
- ii. estruturação, de maneira adequada, dos órgãos responsáveis pelo cumprimento do Código Florestal brasileiro;
- iii. implantação, de forma qualificada, transparente e com participação social, dos instrumentos do Código Florestal brasileiro, como o Cadastro Ambiental Rural, a restauração florestal e os incentivos econômicos e fiscais, para sua total efetivação;
- iv. estabelecimento do marco legal sobre Pagamento por Serviços Ambientais, em consonância com o Código Florestal brasileiro e proposição de leis e programas similares nos estados e municípios;

- v. estabelecimento de um plano de ação para o cumprimento e monitoramento das Metas da Convenção da Diversidade Biológica (Metas de Aichi) voltadas para conter as perdas de biodiversidade no bioma, envolvendo e fomentando os estados e diversos segmentos da sociedade;
- vi. integração das políticas públicas, nas três esferas da federação, tais como recursos hídricos, meio ambiente, agroecologia e mudanças climáticas, para a conservação e preservação do bioma.

A criação de unidades de conservação, aliada à boa gestão ambiental delas, é uma importante ação para a conservação da diversidade biológica. Dentre as espécies de unidades de conservação previstas na Lei 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), merece destaque, na conservação do Bioma Mata Atlântica, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), propriedade privada, gravada com perpetuidade, cujo objetivo é conservar a diversidade biológica, sendo a única espécie de unidade de conservação em que a criação se dá por ato voluntário do proprietário da área. Na RPPN, apenas são autorizadas atividades de pesquisa científica, ecoturismo e educação ambiental.

A instituição de áreas protegidas em propriedades particulares tem importância estratégica na conservação da biodiversidade, visto que apenas as iniciativas do poder público na criação de unidades de conservação não são suficientes para o alcance efetivo da finalidade buscada. As RPPNs contribuem para aumentar a conectividade biológica, principalmente em regiões muito fragmentadas, como é o caso da Mata Atlântica atualmente.

Não é por outra razão, senão a relevante contribuição que as RPPNs podem dar para a conservação desse essencial bioma, que a Fundação SOS Mata Atlântica, a The Nature Conservancy (TNC) e a Conservação Internacional (CI) desenvolveram em 2003 o Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, cujo

objetivo é apoiar a criação dessa espécie de unidade de conservação e sua gestão. Em 2013, o programa contabilizou o apoio à criação de 392 novas RPPNs e à gestão de outras 102, totalizando 57 mil hectares de florestas protegidas.

Outra iniciativa, o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, lançado em 2009, tem como missão articular instituições públicas e privadas, governos, empresas e proprietários, com o objetivo de integrar seus esforços e recursos para a geração de resultados em conservação da biodiversidade, geração de trabalho e renda na cadeia produtiva da restauração, manutenção, valoração e pagamento por serviços ambientais, bem como a adequação legal da atividade agropecuária nos 17 estados do bioma. A meta do pacto é restaurar 15 milhões de hectares até o ano de 2050. Entre os diversos resultados alcançados pelo pacto no período 2009-2011, constam 49.085,34 hectares em processos de restauração, decorrentes da execução de 103 projetos.

Aspecto de destaque nas ações em prol do desenvolvimento sustentável é o mercado de serviços ambientais,² ainda em construção no Brasil, mas que, no panorama internacional, vem ocupando um papel crescente. O robustecimento desse mercado encontra origem, primeiramente, em razão da percepção crescente, pela sociedade, da deterioração constante dos serviços ambientais. Além disso, há a constatação de que a humanidade vem usufruindo desses serviços de forma gratuita e sem considerá-los na contabilidade de suas ações, excedendo, assim, a capacidade de suporte dos ecossistemas terrestres. Com isso, o pagamento por tais serviços, por exemplo, pela água, pela biodiversidade e pelo carbono, pode estimular o uso racional dos recursos naturais.

Nesse sentido, inspirados no modelo instituído pelo estado do Paraná, os estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de

² Serviços ambientais podem ser definidos como serviços prestados pelos ecossistemas naturais e as espécies que os compõem, auxiliando na manutenção da biodiversidade e dos produtos ecossistêmicos mais conhecidos, tais como os alimentos e a madeira.

São Paulo institucionalizaram o denominado Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) Ecológico, elencando, entre os critérios que regulamentam o repasse aos municípios de parcela do ICMS, a conservação ambiental, que considera a presença de unidades de conservação, a qualidade dos recursos hídricos e a gestão dos resíduos sólidos.

A bolsa de valores ambientais Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio), de abrangência nacional, idealizada em conjunto entre o setor empresarial, setor público e terceiro setor, com base na visão de que mecanismos de mercado são instrumentos eficientes de execução de políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, busca, como principais atividades, desenvolver esses mecanismos para serviços e ativos ambientais, além de prover e operar uma plataforma de negociação para esses ativos.³

Grandes grupos empresariais começam também a perceber que a conservação e a restauração de florestas podem reverter-se em vultosos benefícios financeiros. Especialmente no tocante à Mata Atlântica, a contribuição com sua conservação é relevante para a reputação e compromissos internacionais assumidos pelas grandes companhias.

Em 2009, o BNDES lançou a Iniciativa BNDES Mata Atlântica, destinada a selecionar e apoiar projetos de restauração desse bioma. Do total de projetos apresentados, 15 encontram-se contratados, totalizando R\$ 42.302 mil apoiados com recursos não reembolsáveis, e os principais impactos esperados são: (i) aumento da biodiversidade na Mata Atlântica; (ii) proteção das margens dos rios contra a erosão; e (iii) conscientização da população do entorno dos projetos em relação à importância da preservação e conservação das florestas.

³ Ativos ambientais são títulos representativos de direitos de natureza ambiental, por exemplo, cotas de emissão de gases de efeito estufa, cotas de reserva ambiental e créditos de logística reversa e reciclagem.

Apesar dos esforços crescentes, dados divulgados no Relatório Técnico do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica 2012-2013, da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), revelam que houve um aumento de 9% no desmatamento do bioma no país, quando comparado com o período 2011-2012. O estado de Minas Gerais lidera o *ranking* entre os estados que mais desmataram o bioma em questão.

Observa-se, portanto, que, embora muito já esteja sendo realizado, o caminho a percorrer ainda é extenso e a sociedade civil e o poder público precisam, cada vez mais, assumir suas parcelas de responsabilidade na proteção da Mata Atlântica.

ATUAÇÃO DA ÁREA DE MEIO AMBIENTE E A REGIÃO SUDESTE

O BNDES, principalmente por intermédio de sua Área de Meio Ambiente, dispõe de variados instrumentos de apoio financeiro, reembolsável ou não, a projetos de cunho ambiental.

O Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES, é constituído por doações em espécie, destinadas à realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no bioma amazônico. Embora o foco principal do Fundo Amazônia seja o Bioma Amazônia, é autorizada a utilização de até 20% de seus recursos no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros, entre eles a Mata Atlântica, e em outros países tropicais.

Conforme já mencionado, o lançamento da Iniciativa BNDES Mata Atlântica consistiu em importante mecanismo de apoio a projetos de restauração voltados ao bioma. Entre os projetos apoiados, dez encontram-se na Região Sudeste, perfazendo um total de aproximadamente R\$ 26 milhões a serem aplicados até o fim dos projetos e 1.800 hectares a serem restaurados, dos

quais em 1.150 hectares já foi iniciada a restauração (posição em ago. 2014).

Não obstante a impossibilidade de a Iniciativa BNDES Mata Atlântica apoiar novos projetos dessa natureza, dada a avaliação positiva de sua execução, iniciativas similares encontram-se em estudo no BNDES, a fim de dar continuidade ao apoio e fomento a projetos de restauração de biomas.

Conta com apoio do BNDES, mas a partir da concessão de recursos reembolsáveis, importante projeto de restauração de Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais, de iniciativa da empresa Fibria, que, em sua parcela localizada na Região Sudeste (estados de Minas Gerais e Espírito Santo), prevê a recuperação de 13.650 hectares, dos quais 6.190 já foram plantados.

Outra forma de apoio a projetos inseridos na temática ambiental é por meio do Fundo Tecnológico (Funtec), cuja finalidade é apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação. O planejamento e a operação do Funtec devem obedecer a algumas diretrizes, entre elas a busca de soluções para gargalos e oportunidades tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do país. Os recursos do Funtec visam à concessão de apoio financeiro de natureza não reembolsável.

No âmbito da carteira de operações contratadas do Funtec, em sua vertente ambiental, observam-se oito projetos inseridos, total ou parcialmente, na Região Sudeste, perfazendo um valor total apoiado de, aproximadamente, R\$ 55 milhões.

Aspecto que merece destaque é a criação, em 2009, por meio da edição da Lei 12.114,⁴ do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), um dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima, destinado a assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima e a seus

⁴ Tal lei foi regulamentada pelo Decreto 7.343/10.

efeitos. Seus recursos originam-se, entre outras fontes, de parcela da participação especial dos estados decorrente da produção de petróleo. Tais recursos podem ser aplicados sob as modalidades reembolsável e não reembolsável, tendo sido o BNDES designado gestor da parcela de recursos do FNMC destinada à aplicação reembolsável.

Nesse contexto, em 2011, o BNDES criou o Programa Fundo Clima, a fim de viabilizar o apoio à implantação de empreendimentos, à aquisição de máquinas e equipamentos e ao desenvolvimento tecnológico – relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima e a seus efeitos. O mencionado programa abrange diversos subprogramas, tais como Resíduos Sólidos, Energias Renováveis, Combate à Desertificação e Florestas Nativas.⁵

Em relação ao setor de resíduos sólidos urbanos (RSU), o BNDES têm, em sua carteira, projetos (grande parte dos quais localizados na Região Sudeste) que totalizam um apoio de aproximadamente R\$ 420 milhões.

Como a geração de RSU em determinada região tem forte correlação com sua densidade demográfica e geração de renda, a Região Sudeste apresenta a maior geração de resíduos no país, sendo responsável por 52,4% do volume produzido em 2013.⁶ Por essa razão, essa também é a região com maior participação na carteira de financiamentos do BNDES para o setor. Dentre os projetos financiados, destacam-se os investimentos sucessivos para ampliação do Aterro de Caieiras, responsável por destinar cerca de metade dos RSUs gerados na cidade de São Paulo. No que tange aos resíduos industriais, o projeto de destaque é o

⁵ São, ao todo, dez subprogramas: Mobilidade Urbana; Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima; Máquinas e Equipamentos Eficientes; Energias Renováveis; Resíduos Sólidos; Carvão Vegetal; Combate à Desertificação; Florestas Nativas; Gestão e Serviços de Carbono; e Projetos Inovadores.

⁶ Conforme Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil 2013, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe).

incinerador implantando pela Ecovital na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Com a promulgação, em 2010, da Lei 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os estados da Região Sudeste empreenderam esforços para erradicar a destinação de RSUs em lixões e aterros controlados, uma agenda que já apresentou resultados satisfatórios nas capitais e regiões metropolitanas, mas que ainda deve ser empreendida no interior dos estados.

Outra agenda derivada da Política Nacional de Resíduos Sólidos que demandará vultosos investimentos na região é a valorização econômica do RSU, de modo a reduzir o volume de material enviado a aterros sanitários. O município de São Paulo tende a ser a cidade com maior perspectiva de investimentos nesse sentido, por apresentar um plano de gestão de RSUs com meta de atingir 10% de reciclagem dos resíduos gerados nos próximos anos.

CONCLUSÃO

A Região Sudeste, importante região industrial, comercial e financeira do país, concentra aproximadamente 44% da população e 49,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacionais, bem como o maior número de empresas.

Como visto, o grande desenvolvimento da região trouxe-lhe também graves problemas ambientais, cujos efeitos negativos já podem ser claramente percebidos, como a má qualidade e escassez de água, problemas de saúde da população em decorrência dos altos níveis de poluição, desastres naturais recorrentes, entre outros.

A situação de degradação ambiental enfrentada pela região em apreço e suas consequências, em verdade, inserem-se na ampla discussão acerca da imperiosa necessidade de buscar o desenvolvimento sustentável como forma de sobrevivência da humanidade.

Nesse contexto, muitas iniciativas em execução já começam a revelar seus resultados, os quais, ainda que incipientes quando comparados ao tamanho do desafio, mostram que o caminho está sendo traçado.

A Região Sudeste, tendo em vista sua posição de destaque em nível nacional, pode ocupar a liderança nesse processo. As grandes empresas nela sediadas, por meio da mudança de comportamento em relação às questões ambientais, têm condições de implementar mais ações de sucesso, como o desenvolvimento do mercado de serviços ambientais, a inclusão cada vez maior da vertente ambiental em seus negócios, buscando maior sustentabilidade de suas atividades. O poder público regional, dada sua grande influência política e econômica, necessita melhor executar os instrumentos de proteção ao meio ambiente previstos em lei. A sociedade civil, assumindo sua grande parcela de responsabilidade pelo meio ambiente, deve alterar seu padrão de conduta, revendo, inclusive, pequenas ações que, em um conjunto, podem representar significativo impacto sobre a natureza.

O BNDES, cumprindo sua missão de promover o desenvolvimento sustentável do Brasil, cada vez mais, confirma esse compromisso, apoiando e fomentando inúmeros projetos de cunho ambiental, além de, na medida do possível, buscar induzir seus beneficiários às melhores práticas ambientais.

BIBLIOGRAFIA

ABRELPE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. *Informação e documentação: referência – elaboração*. São Paulo, 2014.

BESSI, C. M. A Contribuição das RPPNs ao Repasse do ICMS-Ecológico: dados sobre o Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://icmsecologico.org.br/site/images/artigos/a055.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2014.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica – Período 2012-2013. *Relatório Técnico*. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2014/05/atlas_2012-2013_relatorio_tecnico_20141.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2014.

NETO, F. C. V. *A Construção dos Mercados de Serviços Ambientais e suas Implicações para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, 2008.

OLIVEIRA, V. B. *et al.* *RPPN e Biodiversidade: o papel das reservas particulares na proteção da biodiversidade da Mata Atlântica*. Belo Horizonte: Conservação Internacional; São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica; Curitiba: The Nature Conservancy, 2010. Disponível em: <<http://www.aliancamataatlantica.org.br/?p=5&a=33>>. Acesso em: 16 set. 2014.

PACTO pela Restauração da Mata Atlântica. Metas e Resultados 2011-2013. Disponível em: <http://www.pactomataatlantica.org.br/pdf/Metas_Resultados_Pacto_2011_2013.pdf>. Acesso em: 16 set. 2014.

Sites consultados

ALIANÇA PARA A CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA – <<http://www.aliancamataatlantica.org.br>>.

BVRIO – BOLSA VERDE DO RIO DE JANEIRO – <www.bvrrio.org/site>.

FBOMS – FÓRUM BRASILEIRO DE ONGs E MOVIMENTOS SOCIAIS – <<http://fboms.org.br>>.

PACTO PELA RESTAURAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA – <<http://www.pactomataatlantica.org.br>>.

PLANOS MUNICIPAIS DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA – <<http://pmma.etc.br>>.

SOS MATA ATLÂNTICA – <<http://www.sosma.org.br>>.